



Apresentação

JOÃO LUÍS FONTES* | MARIA FILOMENA ANDRADE** | MÁRIO FARELO***

* Instituto de Estudos Medievais (IEM - FCSH/NOVA); Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR-UCP)

** Universidade Aberta (UAb); Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR-UCP);
Instituto de Estudos Medievais (IEM-FCSH/NOVA)

*** Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR-UCP); Instituto de Estudos Medievais (IEM-FCSH/NOVA);
Centro de História (CHUL-FLUL/UL)

Quando pensamos e falamos da Idade Média, temos a nítida percepção da sua longuíssima duração e, simultaneamente, alguns tendem a considerá-la um período uniforme e de poucas transformações. No entanto, a consciência dos historiadores de hoje é que, apesar da sua longa duração e de existirem linhas de força estruturais que se mantêm por largos períodos de tempo, temos de considerar as mudanças conjunturais, fruto das mobilidades da época e de acontecimentos fraturantes.

Embora estivesse longe da globalização atual, não temos dúvidas que o homem medieval comunicava de diversas formas e com um grande alcance, pois havia uma mobilidade que era facilitada pela quase inexistência de fronteiras muito demarcadas e pelos fluxos migratórios de populações, tendo como pano de fundo o Mediterrâneo e, mais tarde, o Atlântico. Pessoas, ideias, práticas, devoções mas também coisas materiais, como manuscritos, pinturas e tantos outros objetos transmitidos por homens circulavam neste espaço europeu, dito da Cristandade mas onde também coexistiam árabes e judeus com os seus dinamismos próprios.

Falar, pois, de mobilidades na Idade Média é perceber os caminhos dos homens e os fluxos e refluxos de ideias, objetos e palavras que constituem outras tantas formas de influenciar e moldar os quotidianos, mas também de reconstruir o fluir da História.

Neste volume, pretende-se revelar alguns aspetos destas mobilidades, no longo período que vai do século XII ao século XVI, e algumas das suas implicações no próprio campo religioso, seja pela circulação de gentes, seja pela difusão de textos, ideias e conhecimentos.

Começamos por um vulto da Idade Média apresentado por Aires A. Nascimento, no artigo “Raimundo Lulo, ou a procura do mundo pelo Mestre ilumi-

nado”, onde o autor retoma uma conferência proferida por ocasião da celebração do 7.º centenário da morte daquele pensador e filósofo, que decorreu na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Neste artigo, Raimundo Lulo (c. 1232-1315) é-nos apresentado como um homem “brilhante” e uma importante figura do seu tempo, não apenas para a Catalunha mas para todo o Mediterrâneo, num território marcado pela presença de “três religiões que se reclamavam de tradições diferentes”, onde “tensas eram as relações entre vencedores e vencidos e difícil era conviverem, depois de se terem hostilizado durante séculos”. Conforme diz o autor, Lulo apostou em aproximá-las e colocou a sua vida ao serviço desta causa, por meio do estudo, da meditação e do ensino. Assim, o grande objetivo de Lulo foi o sonho, de raiz franciscana, da “conversão dos infieis” que, no entanto, não recusa a cruzada e o martírio, se tal for necessário.

Neste ambiente de evangelização e de transmissão de ideias e conhecimentos, insere-se o artigo “A mobilidade dos escolares portugueses: a *peregrinatio academica* entre os séculos XII e XV” de Armando Norte e André de Oliveira-Leitão. Com base num estudo prosopográfico já realizado e num *corpus* definido, os autores propõem-se, em dois momentos distintos (antes e depois do estabelecimento do Estudo Geral de Lisboa, no final do século XIII), a analisar os percursos dos escolares portugueses nas universidades que frequentam (Paris, Bolonha, Salamanca, Avinhão, Cambridge, Montpellier, Oxford e Toulouse, entre outras), bem como as matérias que estudam (tendo em conta a especialização funcional de alguns destes Estudos) e os saberes que adquirem. Mostram ainda como, uma vez munidos da *licentia docendi*, muitos destes académicos encetam um périplo por várias universidades e cortes europeias, construindo um percurso que não se confina ao ensino, antes privilegia a acumulação de cargos e o desempenho de lugares de poder no funcionalismo régio e na estrutura eclesiástica, chegando mesmo à cúria pontifícia.

Esta atividade e cultura livresca têm em Portugal um expoente máximo na livraria de Alcobaça, testemunha de um apreciável conjunto de escritos copiados através do sistema da *pecia* e, por isso, relacionados com o contexto universitário parisiense da 2.ª metade do séc. XIII. No seu artigo “Manuscritos universitários para o estudo da Teologia na livraria do Mosteiro de Alcobaça”, Catarina Barreira analisa alguns dos manuscritos existentes nesta livraria, resultado da produção do *scriptorium* ou fruto de aquisições com diferentes origens, que se destinavam à formação da comunidade monacal e à sua espiritualidade. Tendo como objeto de estudo nove códices alcobacenses, a autora analisa o respetivo conteúdo e decoração, em ordem a propor datações fiáveis para a sua produção. Sobre os códices mencionados, pode afirmar que a livraria de Alcobaça possuía os textos necessários ao ensino da Teologia, assegurando o funcionamento do *studium ordinis*. Conclui, pois, a autora que “toda esta dinâmica, introduzida pela circulação de monges e de manuscritos, revela

que a abadia de Alcobaça respondeu, tal como as outras abadias cistercienses suas contemporâneas, ao progresso intelectual da época, introduzido pelos estudos universitários. Dinâmica que teve, decerto, bastante impacto na constituição das livrarias cistercienses, ao abrir novos horizontes culturais”.

Em “Ordenações sacerdotais na diocese de Coimbra pelo bispo D. Fr. Lopo, titular de Salmacia (1419-1427)”, Saul António Gomes alerta-nos para o papel fundamental dos registos de ordenações sacerdotais como fonte de informação privilegiada para o estudo do clero em tempos medievais, revelando as dinâmicas de circulação de clérigos entre dioceses, bem como os mecanismos de controlo e de garantia da autenticidade do processo de promoção a ordens menores e maiores. O autor analisa e questiona o significado histórico das ordenações sacras celebradas na diocese de Coimbra, no ano de 1423, pelo referido prelado, concluindo que muitos dos clérigos por ele ordenados (66,6%) provinham de fora da diocese coimbrã, o que permite verificar a existência de um fenómeno de itinerância e deslocação de candidatos entre dioceses. Face a esta itinerância, desenvolveu-se, por parte de um bom número de Ordinários, uma atitude vigilante, traduzida na emanação de normativo legislativo sinodal tendente a exigir um clero culturalmente preparado para ascender a ordens menores e maiores, como o confirma, entre outros, o caso aqui estudado das ordenações efetuadas pelo bispo auxiliar D. Frei Lopo.

Exemplo da ação de um prelado e de uma carreira que conduz ao poder é o texto de Gonçalo Melo da Silva “Um prelado em tempos de reformas: o percurso de D. Afonso Nogueira (1399-1464)”. A reconstituição e análise da trajetória deste importante prelado, membro fundador da Congregação de São João Evangelista, bispo de Coimbra (1453-1460) e arcebispo de Lisboa (1460-1464), permite-lhe observar como a família, a procura de afirmação social e a preocupação com a reforma da Igreja emergem como fatores determinantes no seu itinerário de vida, embora com pesos e configurações diferentes consoante o local e o momento em que se encontra. Afonso Nogueira, criado na corte régia, é desde cedo atraído pelos movimentos defensores de uma renovação da vida religiosa, acabando por integrar o núcleo fundador da Congregação de São João Evangelista, numa fase de procura de soluções para um projeto de reforma assente numa renovação do clero, que se pretendia exemplar, aberto a uma maior participação laical e a uma nova relação com os bens materiais. Todavia, encerrado o capítulo dos Lóios e quando o encontramos já no exercício de funções episcopais, sobretudo em Lisboa, o seu comportamento e a sua ideia de reforma eram já muito diferentes, comungando do perfil de prelado e da visão de reforma que parece caracterizar o episcopado português da primeira metade do século XV. Para Afonso Nogueira, a ideia de reforma passa então por uma “reforma em continuidade”, assente no reforço da via institucional, na defesa da jurisdição do bispo e das liberdades eclesíásticas, na afirmação da figura

episcopal como agente veiculador dessa reforma e na rejeição de propostas de natureza mais radical.

Olhando para fora do reino e para a sua relação com a sede da cristandade, Paulo Catarino Lopes propõe, no seu artigo “Nas margens da diplomacia portuguesa quinhentista. O singular testemunho de Roma por um criado de D. Jaime, 4.º duque de Bragança (1510-1517)”, a revelação do olhar de um anónimo fidalgo português, criado do 4.º duque de Bragança, D. Jaime, que, entre 21 de maio de 1510 e setembro de 1517, se encontra em Roma, onde escreve as suas *Memórias*. Dirigidas ao seu amo, elas constituem um testemunho privilegiado de um olhar “português” sobre a Roma do dealbar do século XVI enquanto espaço político-religioso fundador, onde as grandes potências coevas disputavam a hegemonia sobre o Velho Continente. Nas *Memórias*, este homem, que demonstra ser um agente de ligação entre o reino português e Roma, torna-se um embaixador, agente qualificado e um indivíduo de ação, dotado de um zeloso sentido de missão.

De Raimundo Lulo ao anónimo embaixador português em Roma, dos ordinandos da diocese de Coimbra ao poderoso e viajado D. Afonso Nogueira, arcebispo de Lisboa, dos universitários portugueses aos livros que eles e outros utilizavam para o estudo da teologia e que circulam também nas mais importantes abadias cistercienses da Europa de então, é todo um mundo de mobilidades que se revela, entre clérigos e leigos, entre leituras e novas ideias e paradigmas que o contacto com novas realidades sempre traz. Muita desta mobilidade estrutura redes de relações que só gradualmente começam a ser conhecidas, possibilitando uma melhor compreensão dos dinamismos de circulação e difusão de textos, de ideias, de conhecimentos, de novos projetos e visões que enformam projetos políticos, sociais ou religiosos. O périplo aqui proposto por algumas das significativas formas de mobilidade que a Idade Média conheceu mostra a fecundidade, as potencialidades e a importância deste tópico de análise em ordem a um melhor conhecimento e compreensão da história da Europa de então. Centrada ainda em si, ela caminhava, no entanto, para uma maior comunicação que alargava os seus horizontes e a configurava como um centro de um mundo mais global.